



A formação profissional em Serviço Social no Brasil entre 1930 – 1970

Professional training social work in Brazil between 1930 - 1970

Sandra Rodrigues dos Santos*  

Resumo: O debate crítico sobre o ensino do Serviço Social brasileiro foi iniciado pela categoria no segundo lustro da década de 1970, quando as condições históricas deram bases para tensionamentos ideopolíticos em torno das fundamentações teórico-metodológicas incidentes na formação profissional desde seu surgimento. Apesar da extensa bibliografia consolidada sobre o tema, seu estudo continua imprescindível em nosso tempo para balanços, aprendizados e projeções, sobretudo quando acirram as disputas em torno da direção social do atual projeto de formação profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996. Considerando o legado histórico e político que compõe o nascimento e desenvolvimento do projeto de ensino do Serviço Social no Brasil, o presente ensaio pretende, por meio de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, recuperar as propostas de ensino construídas entre os anos de 1930 e 1970, tendo como referência as principais ingerências sócio-históricas que configuraram o modo de ser, pensar e agir dos assistentes sociais no bojo das condições e relações sociais entre as classes sociais e dessas com o Estado na particularidade da formação social brasileira entre os anos supracitados.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social brasileiro; Formação profissional; Projeto profissional.

Abstract: The critical debate on the teaching of Brazilian Social Work was initiated by the category in the second half of the 1970s, when historical conditions provided the basis for ideological and political tensions surrounding the theoretical-methodological foundations that have been present in professional training since its inception. Despite the extensive bibliography on the topic, its study remains essential in our time for assessments, learning, and projections, especially as disputes intensify over the social direction of the current professional training project, as expressed in the 1996 Curricular Guidelines. Considering the historical and political legacy that shaped the birth and development of the Social Work education project in Brazil, this essay aims, through qualitative bibliographic research, to recover the teaching proposals developed between the 1930s and 1970s, taking as reference the main socio-historical influences that shaped the way social workers were, thought, and acted within the social conditions and relations between social classes and between these classes and the State, in the particularity of Brazilian social formation during the aforementioned years.

Keywords: Foundations of Brazilian Social Work; Professional training; Professional project.

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: sandra.rodrigues@ufjf.br

Introdução

O Serviço Social brasileiro e sua formação profissional se tornam objeto de estudos da categoria a partir do segundo lustro de 1970¹. Data desse período o conjunto de acontecimentos que embasam as primeiras análises sobre os fundamentos históricos da profissão, bem como as fundamentações teórico-metodológicas que nortearam o seu ensino no país.

Na bibliografia especializada, é consenso que a institucionalização da profissão ocorre sobre os pilares estabelecidos pelo Estado moderno e pela burguesia industrial na fase do capitalismo monopolista, sendo política e ideologicamente ancorados pelo bloco católico, com respaldo da fundamentação teórica conservadora. Porém, em seu decurso, “como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 71), põem-se determinações que exigem dos assistentes sociais – não só no Brasil, como em todo o continente latino-americano – posicionamento político com relação à formação e à intervenção de cunho *tradicional e conservador*.

As condições materiais para o questionamento e a proposta de ruptura com o espólio tradicional da profissão no âmbito da formação e intervenção profissionais se explicitam na sociedade brasileira a partir de meados dos anos de 1960, quando, diante do reordenamento do capitalismo mundial, são forjados, em grande parte do continente latino-americano, movimentos de libertação e desenvolvimento nacional questionadores da condição de subdesenvolvimento legada a esses países sobre o domínio imperialista de hegemonia predominantemente norte-americana. Como afirma Netto (2015), configura-se um cenário favorável às mobilizações sociais contestatórias não apenas ao Estado e à sua configuração burguesa, como também, em sua forma mais radical, ao estilo de vida regido pela ordem burguesa.

É na esteira dessa efervescência social e política que a profissão protagoniza, entre os anos de 1965 e 1975 em alguns países da América Latina, o *Movimento de Reconceituação*, que propunha a *ruptura* com as bases tradicionais da profissão, visando à sua redefinição formativa e interventiva por uma perspectiva crítica.

¹ Entre os anos de 1975 e 1979, foram realizadas três Convenções Nacionais protagonizadas pela ABESS – atual ABEPSS – (XIX Convenção Nacional da ABESS, Piracicaba, 1975; XX Convenção Nacional, Belo Horizonte, 1977; XXI Convenção Nacional da ABESS, Natal, 1979), tendo como ponto central a ampliação das discussões em torno do ensino em Serviço Social e do exercício profissional na nova conjuntura, que demandava um projeto profissional correspondente à direção do projeto democrático em curso no país. Abriu-se, então, a revisão curricular que culminou na proposta de ensino presente no Currículo Mínimo de 1982 (Santos, 2024).

Tal como os projetos sociais de caráter reformista-democrático e revolucionários em curso pelo continente nesse período, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano foi interrompido com a instauração da “perspectiva burguesa da ‘modernização’ e suas ditaduras” (Netto, 2015, p. 192). Seu tolhimento precoce, no entanto, não impediu sua irradiação em vários países, inclusive no Brasil. Suas contribuições aparecem nas disputas em torno da teorização e redefinição da direção social do ensino e atuação profissionais no Brasil a partir de meados de 1960, tendo como maior exemplo a experiência realizada por um grupo de profissionais na Universidade Católica de Minas Gerais, atual PUC/MG, bastante conhecida por seu método; o “Método BH”.

No momento que a questão fundamental e que afetava o conjunto de profissões institucionalizadas no continente, incluindo o Serviço Social, era a contestação da ordem burguesa, suas instituições e políticas, bem como a eficácia das intervenções institucionais a partir dos próprios resultados que produziam, configuram-se no Brasil o processo de *renovação do Serviço Social* brasileiro sob três direções que Netto (2015) denomina “teorização”, enquanto formulações teóricas e ideopolíticas de maior predominância na disputa pela direção social da formação profissional, sendo elas: a *modernização conservadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *perspectiva da intenção de ruptura*. Nos currículos de 1962 e 1970, é possível identificar a predominância das perspectivas modernizadoras e de reatualização do conservadorismo, ambas marcadas pelo positivismo e suas derivações.

Essas são considerações importantes para pensarmos as propostas de ensino do Serviço Social no Brasil. Porém, considerando que não é possível realizar neste ensaio um estudo exaustivo dos elementos que as configuram na história brasileira, nos limitaremos a destacar os fatos mais importantes sobre o tema, atendo-nos às primeiras fundamentações teórico-metodológicas que incidiram sobre a profissão desde seu nascedouro até os anos de 1970, trazendo à baila elementos permitam a reflexão sobre o processo de formação profissional, bem como as bases e condições históricas em que se operam as disputas profissionais em torno de sua direção social.

Para tanto, o texto se encontra dividido em três partes: na primeira tratamos sobre a incidência da Igreja Católica e sua Doutrina Social na formação e intervenção dos primeiros profissionais, imprimindo-lhes uma concepção e visão social de mundo enraizados no humanismo cristão. Identificamos os alinhamentos socialmente necessários ao pensamento conservador franco-belga e à sociologia norte-americana, forjando o que Yamamoto (2004) definiu como a primeira fundamentação teórico-metodológica da profissão, isto é, como seu “*arranjo teórico-doutrinário-operativo*”. Na segunda parte, passamos às notas referentes ao

projeto de formação no contexto do “período desenvolvimentista” e do Estado autocrático-burguês, apontando como, a partir do acirramento das lutas entre as classes no continente, reverberaram no interior da profissão disputas em torno da direção social de seu projeto formativo e interventivo, agregando ao ensino da profissão correntes de pensamento e demandas que não contesta o *status quo*, como é possível observar até o currículo de 1970. A verdade é que apenas a partir da revisão curricular de 1982, devido ao cenário econômico, político e cultural que se apresenta em face das lutas sociais pela redemocratização do país, o ensino da profissão ganha bases materiais para a revisão de seu conteúdo e redefinição de seu ensino.

Não adentraremos neste ensaio o período da revisão curricular de 1982, apesar de considerar a bibliografia especializada sobre o tema elaborada desde esse período. Cabe destacar que, para a investigação, utilizamos a produção de autores/pesquisadores de relevância na área. Por meio de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, realizamos um resgate histórico que visa abrir debates em torno do legado da profissão fundamental para aprendizados, balanços críticos e projeções que objetivem o fortalecimento e a consolidação do atual projeto profissional e de formação em Serviço Social, ainda em disputa.

A incidência da Igreja Católica nas primeiras escolas de Serviço Social

A atuação do Estado no processo de acumulação de capital no país se deu articulada à burguesia industrial e aliada à Igreja Católica: àquele pelo papel dominante e pelas alianças indispensáveis ao desenvolvimento industrial próprio do capitalismo de tipo dependente, e a essa pelo poder político que vinha constituindo desde os anos de 1920 e que ganhou força social de relevo no “contexto de uma sociedade sacudida pelas consequências da progressiva instauração das relações de produção capitalistas” (Castro, 2006, p. 101). Tendo como *suporte doutrinário* as encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e a *Quadragesimo Anno* (1931), a Igreja Católica consolida, a partir de 1930, o espaço necessário para seu amplo projeto político de recuperação da hegemonia na sociedade civil e no Estado.

Assumindo papel decisivo na configuração de uma “política social mais abrangente” (Castro, 2006, p. 100), a Igreja Católica teve alcance destacado pela atuação que passou a ter em todos os níveis da educação pública e da vida social a partir da *Constituição de 1934*, quando a religião católica passou a ser reconhecida como religião oficial do Brasil. Não por acaso caberá a essa instituição, entre os anos de 1932 e 1945, sob ingerências da burguesia e financiamento do Estado, a estruturação do “*arranjo-teórico-doutrinário-interventivo*” para a formação das primeiras profissionais assistentes sociais. O recrutamento operado por seu

aparato próprio, formado pelo Centro Dom Vidal, Confederação Católica, a Ação Universitária Católica, Instituto de Estudos Superiores, Associação de Bibliotecas Católicas, os círculos operários, a Confederação Nacional de Operários, Liga Eleitoral Católica e Ação Católica, explicitava a magnitude do projeto político que concebera (Castro, 2006; Iamamoto; Carvalho, 2006).

Podemos considerar o período compreendido entre 1936 e 1945 o primeiro momento da formação acadêmica-profissional do Serviço Social brasileiro, no qual o ideário e conteúdo do ensino do Serviço Social estiveram substancialmente baseados e orientados pela Doutrina Social da Igreja Católica de cunho humanista conservador². Na esteira desse período, competiu à Igreja Católica a criação de 20% dos cursos de Serviço Social no Brasil (Pereira, 2022), e sua relação com a profissão explicitava o caráter eminentemente político dessa articulação, visto que o conteúdo e os objetivos da ação profissional por ela orientada diferenciavam-se das atividades tradicionais de caridade ao mobilizar recursos a partir do Estado e do patronato para “obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica” pautadas por uma matriz ideológica conservadora e uma prática profissional homogeneizada (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 166). Assim, os currículos elaborados nesse período não podiam expressar outra coisa senão as bases materiais conservadoras sob as quais se forjavam as condições e relações sociais próprias da formação do capitalismo brasileiro. A determinação social do pensamento se expressa nos projetos pedagógicos de ensino do Serviço Social em que a direção social se pauta hegemonicamente na perspectiva tradicional/conservadora.

A primeira referência metodológica para formação e intervenção profissionais foi a Doutrina Social da Igreja Católica de cunho humanista conservador. Contrária aos princípios liberais e marxistas, essa doutrina propugnava a defesa das bases dispostas nas encíclicas papais, apoiada na concepção de que a gênese da então chamada “*questão social*” se encontrava na dimensão moral e não nas bases materiais contraditórias da sociedade moderna. Era, assim, funcional às necessidades e aos interesses das classes dominantes e do Estado na medida em que se propunha a operar o adequado *ajustamento* e disciplinamento dos trabalhadores e das

² O que não significa que não houve indagações em torno dessa orientação hegemônica. Desde seu nascedouro, Myrian Veras Baptista, em “*Relembrando Histórias*” (2006), afirma que a profissão, entre a crítica romântica ao capitalismo e a orientação da formação e atuação profissionais pautada na Doutrina Social da Igreja Católica, identificava as limitações da proposta pautada pela religião católica. Porém, não existia outra direção social em disputa e com força suficiente à época para colocar em xeque esse projeto. Tal movimento só viria a ocorrer a partir de finais dos anos de 1950, em um cenário de lutas populares pela libertação e pelo desenvolvimento nacionais dos países latino-americanos, que incidiu no interior do Serviço Social, dando condições históricas para que um grupo de profissionais redefinisse a direção social do projeto de formação e intervenção profissionais até então existente.

camadas populares e pobres às exigências do desenvolvimento capitalista e, por consequência, a seu modo adequado de expropriação e exploração para acumulação.

Pautadas pelo método da ação católica de abordagem da realidade social, a concepção e intervenção das assistentes sociais se baseavam no *ver, julgar e agir* (Baptista, 2006). Sob esses ditames, o pensamento doutrinário imprimia à profissão “um caráter conservador de apostolado” que desempenhava uma “ação educativa entre família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais” (Iamamoto, 2004, p. 20). Como a “ação profissional”, no entanto, carecia de base teórica e científica para fundamentar seus princípios doutrinários e ações morais, a Igreja buscou primeiro auxílio na metodologia do Serviço Social franco-belga, trazida ao Brasil pelas seguidoras de Santo Agostinho³.

A doutrina social da Igreja Católica encontrou na ação social franco-belga e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XII), retomado em fins do século XIX por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica (neotomismo), respaldo metodológico correspondente para sua ação e concepção de mundo, “aplicando” esse pensamento às necessidades do contexto social como estratégia política (Guedes, 2020, p. 146). Porém, era ainda necessário o respaldo científico para garantir a eficiência demandada ao *ver, julgar e agir* profissionais. A base para isso foi buscada nas vertentes das Ciências Sociais emergidas em finais do século XIX como ciência particular e especializada (o positivismo e suas derivações).

O Serviço Social encontrou no positivismo advindo da fragmentação da *Ciência da História*, os subsídios necessários a seu aprimoramento. Como afirma Netto (2007), a filiação teórica do Serviço Social desde seu nascedouro “vem, precisamente, na esteira da consolidação das ciências sociais” enquanto disciplina autônoma e particular, cuja maior expressão evidenciou-se na consolidação da sociologia como área especializada (Netto, 2007, p. 144).

A tecnificação da ação e burocratização das atividades institucionais cresce a partir de meados dos anos de 1940, quando se identifica o aumento do número de instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, ampliando o mercado de trabalho para os profissionais e exigindo maior qualificação e sistematização de seu espaço ocupacional, bem como eficiência na implementação das políticas públicas. Data desse período a fundação do Conselho Nacional de Serviço Social, 1938; da Legião Brasileira de Assistência Social, 1942;

³ A vinda de Adèle Loneux, da Escola de Serviço Social de Bruxelas (Bélgica), e a Criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) marcam a formação dos primeiros assistentes sociais no Brasil. Tratava-se de uma preparação de leigos apoiada “numa base social feminina de origem burguesa respaldada por assistentes sociais belgas, que oferecem a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social” (Castro, 2006, p. 103).

do Serviço Social de Aprendizagem Industrial, 1942; e do Serviço Social da Indústria, 1946 (Iamamoto; Carvalho, 2006). A profissão, portanto, se universaliza como atividade *institucionalizada e legitimada* pelo Estado e pela classe dominante, tendo ampliado e diversificado tanto seu público quanto seus profissionais e processo de formação.

Tal como nas ciências sociais, a fundamentação teórico-metodológica da formação e intervenção nesse período passa a reproduzir um *saber* fragmentado dos fenômenos sociais, desvinculados de sua base econômica (Netto, 2007). Desse modo, soma-se à herança doutrinária da Igreja Católica e ao pensamento conservador de origem franco-belga, a partir do segundo lustro de 1940, a sociologia-conservadora norte-americana (Iamamoto, 2004, p. 26). A influência do Serviço Social norte-americano, após a Segunda Guerra Mundial, não significou a rejeição à fundamentação metodológica anterior, ao contrário, a ela foi integrada a qualificação técnica e racionalização da intervenção (instrumentalização técnica e valorização do método) pressupostas pelo Serviço Social de Caso e de Grupo. Calcada na racionalização dos métodos e procedimentos de intervenção, a profissão toma como princípio básico de suas elaborações teórico-metodológicas e técnico-operativas dois elementos herdados do *positivismo*, quais sejam: por um lado, estende a racionalidade das ciências da natureza à reflexão da sociedade e com ela seu empirismo; de outro, recusa a razão teórica que nega a ordem vigente e, como premissa dessa *tradição cultural*, concebe a naturalização das contradições inerentes à produção capitalista, configurando, assim, o que Iamamoto (2004) definiu como “arranjo teórico-doutrinário-operativo” (Iamamoto, 2004, p. 28).

Arranjo teórico-doutrinário-operativo que se constituiu, de fato, como a primeira fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro, sofrendo atualizações impostas pelos acontecimentos conjunturais e sócio-históricos no quadro nacional e mundial desde então. Esse *arranjo* teve papel fundamental na estruturação e direção social do projeto de formação profissional tradicional/conservador, condizente ao movimento de “modernização conservadora” do país, à medida que “*coesiona* tanto as *bases de interpretação* da sociedade, o *campo dos valores norteadores da ação profissional*, assim como o *aperfeiçoamento de seus procedimentos operativos*” (Iamamoto, 1998, p. 219-220). Nesse quadro, a hegemonia da Igreja Católica no direcionamento do conteúdo que estrutura a formação profissional é abalada, ainda que ideologicamente o humanismo cristão continue guiando os pressupostos técnico-operativos do Serviço Social.

Antes da instauração do primeiro currículo mínimo para formação em Serviço Social no Brasil, em 1953, a referência curricular das demais Escolas de Serviço Social advinha do Centro de Estudos e Ação Social de SP (1932) e da Escola de Serviço Social de SP (1936), entre as

quais essa última foi pioneira em todas as revisões curriculares realizadas pela profissão desde sua emergência no Brasil, em 1936. Os currículos de 1943-1945, apresentados abaixo, expressam esses elementos no ensino do Serviço Social. É possível observar que, ao lado das disciplinas de cunho doutrinário e conservador, aparecem conteúdos como: contabilidade, economia política, organização de comunidade, administração de problemas econômicos e Serviço Social de Grupo. Tais disciplinas correspondem a duas tendências já presentes no currículo de 1945: por um lado, a abertura à secularização da profissão, que se adensaria na década de 1950 e se consolidaria no segundo lustro de 1960, face às condições dispostas pelo governo ditatorial, sobretudo a ampliação das Faculdades e Escolas de Serviço Social e a expansão e a consolidação do mercado nacional de trabalho para a profissão; por outro, a abertura de questionamentos no interior da profissão em torno do Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade alinhados ao projeto desenvolvimentista que se instaurou durante os anos de 1950 sob ingerência dos interesses norte-americanos em detrimento da autonomia dos povos e recursos latino-americanos.

A expansiva industrialização do país e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos implicaram a absorção do Serviço Social predominantemente pelo Estado, o que não implicou sua ausência no setor privado. Nesse contexto, sob a fundamentação científica e técnica para sistematização e racionalização da assistência, evidencia-se o enfraquecimento da crítica romântica presente desde o surgimento da profissão, prevalecendo o ideário do projeto modernizador do país, para o qual deveria ser disciplinada de modo regular a força de trabalho urbana, mas também rural pautada em valores éticos e cristãos (Iamamoto, 2004).

Quadro 1 – Currículos do Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de SP de 1936 a 1945.

1936	1937	1938	1939	1940
Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia
Higiene	Higiene	Higiene	Higiene	Higiene
Anatomia	Anatomia	Anatomia	Anatomia	-
Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística
Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
Enfermagem	Enfermagem	Enfermagem	Enfermagem	-
Higiene Industrial	-	-	-	-
	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia
	Direito	Direito	Direito	Direito

Direito do menor	Direito do menor	Direito do menor	Direito do menor	Direito do menor
-	-		-	
-	-		-	
-	-		-	
Puericultura	Puericultura	Puericultura	Puericultura	Puericultura
Religião	-	Religião	Religião	Religião
Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria
Orientação profissional	Orientação profissional	Orientação profissional		
Ética Profissional	Ética profissional	Ética Profissional	Ética Profissional	
Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia	Ética Profissional
Curso familiar	Obstetrícia	-		Pedagogia
	Psicologia do adolescente	Psicologia do adolescente		Psicologia do adolescente
	Direito administrativo	-		
	História do Serviço Social	-		
		Higiene pré-natal	Higiene pré-natal	Higiene pré-natal
		Serviço Social de menores	Serviço Social de menores	Serviço Social de menores
		Correspondência		
		Contabilidade		Contabilidade
			Economia Política	
				Pesquisa social
				Administração de problemas econômicos
				Serviço Social de Grupo
				Organização social de Comunidade
				Serviço Social da Indústria
				Administração

Fonte: Organizado pela autora a partir de Cardoso (2016, p. 436-437).

No campo da formação e da intervenção profissional, identifica-se, portanto, que se estende a racionalidade das ciências da natureza à reflexão sobre a sociedade, negando a razão teórica contestatória da ordem vigente e dando por natural as relações sociais e o modo capitalista de reprodução da vida (Netto, 2007). Como afirma Iamamoto (2004, p. 21), a preocupação na preparação profissional nesse período se baseia na eficiência social para a prática da assistência “no bojo do movimento de cunho reformista conservador”, que naturaliza as contradições sociais e direciona a ação profissional para a “defesa da pessoa humana, do seu desenvolvimento integral e do bem comum” (Iamamoto, 1998, p. 220).

Considerados em seu *sentido amplo*⁴, os currículos acima demonstram que o projeto pedagógico da formação profissional tinha como direção social a perspectiva tradicional/conservadora. A vinculação da religião católica e as “implicações de caráter extra-religioso que o catolicismo trouxe à configuração do Serviço Social” (Castro, 2006, p. 44), atrelado aos subsídios das ciências sociais, nascidos no seio da *tradição positivista* do século XIX⁵ e aos princípios da sociologia norte-americana, legou vicissitudes que, predominantes no nascedouro da profissão, deixaram resquícios que perduram ainda hoje mais em sua intervenção que formação. Fato que não se deve à mera subjetividade dos profissionais, mas principalmente à formação social que lhe serve de base e sustento, que “modernizou conservando” e retroalimentando suas estruturas e ideias arcaicas funcionais à manutenção do *status quo* ineliminável à acumulação no capitalismo de tipo dependente (Fernandes, 1975) que se configurou no Brasil.

O ensino do Serviço Social no contexto desenvolvimentista e autocrático brasileiro

A partir dos anos 1950, sob a dinâmica desenvolvimentista e ingerência do imperialismo norte-americano na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), deflagram-se as condições históricas que corroboram a disputa em torno da direção social do projeto de formação profissional, principalmente diante da inserção do curso no espaço universitário, ocorrida oficialmente em 1953, quando se regularizam a graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil e define-se pelas entidades da categoria o primeiro currículo mínimo do curso no país, por meio da Lei n. 1.889 de junho de 1953⁶. Essa disputa se adensou, especialmente, no período

⁴ O currículo em sentido estrito se refere ao currículo do curso propriamente dito, na disposição de seus respectivos conteúdos, disciplinas e carga horária. Enquanto o currículo em sentido amplo se refere ao “projeto educacional e todos os fatos históricos, institucionais, legais e profissionais que informam e que lhe dão sustentação” (ABESS, 1993, p. 149).

⁵ Como afirma Netto (2007, p. 141), “a *tradição positivista* é a típica resposta conservadora na cultura ocidental do século XIX, e é no seu seio que se constituem as ciências sociais”.

⁶ A referida Lei foi assinada pelo então presidente, João Café Filho e se encontra disponível para consulta no site

do governo ditatorial, apresentando-se como mecanismo de resistência política e acadêmica à ditadura e ao modelo de Serviço Social norte-americano implantado pelo projeto desenvolvimentista no Brasil baseado no Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade (Iamamoto, 2006). Como afirma Ammann (2003), toda a década de 1950 é marcada pela incidência das alterações previstas no acordo entre Estados Unidos e América Latina no processo de formação dos profissionais do continente, inclusive dos assistentes sociais. O que não se deu ao acaso, antes, como afirma a autora, demarcou o interesse pela hegemonia da ideologia e do modo de produção capitalista. Por essa razão,

[...] a ONU volta simultaneamente suas atenções para o Serviço Social, realizando três distintas pesquisas de caráter internacional sobre a formação de seus profissionais a níveis auxiliar, de graduação e pós-graduação [...] a preocupação com o Serviço Social brasileiro com o Desenvolvimento de Comunidade atrela-se a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos **interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista** (Ammann, 2003, p. 33, grifo nosso).

Foi sobre esses ditames que se estruturou o primeiro currículo mínimo do curso de Serviço Social no Brasil, vigente entre os anos de 1953 e 1962. A seguir apresentamos as disciplinas que passam a compor a formação em Serviço Social.

Quadro 2 – Currículo Mínimo de 1953: aprovado pela Lei n. 1.899 de 13 de junho de 1953.

Disciplinas mínimas
I - Sociologia e Economia Social
Direito e legislação Social
Higiene e Medicina Social
Psicologia e Medicina Social
Ética geral e profissional
II - Introdução e Fundamentos do Serviço Social
Método do Serviço Social
Serviço Social de Caso – de Grupo – Organização de Comunidade
Serviço Social e suas Especializações
Família – menores – Trabalho – Médico
III - Pesquisa Social

Fonte: Organizado pela autora a partir de Cardoso (2016, p. 436-437).

da câmara dos deputados.

Como é possível observar no Quadro 2, não constam mais no quadro de disciplinas conteúdos como *moral, higiene, religião*. Por seu conteúdo, o currículo parece se afastar das bases doutrinárias legadas pela Igreja Católica. Contudo, *higiene do trabalho* permanece como indicação, junto de *Serviço Social de Caso, Grupo e Organização de Comunidade*, o que sugere que a transição dos currículos anteriores para o de 1953 se baseia antes na integração e modernização dos conteúdos anteriores que em sua rejeição.

As primeiras reflexões em torno do projeto educacional da profissão consideravam apenas o sentido *estrito do currículo*, seus conteúdos e disciplinas, visando a atender ao projeto desenvolvimentista em curso no país. Somente a partir do segundo lustro de 1960, abriram-se debates e reflexões considerando seu *sentido amplo*, o que pode ser creditado ao fato de a categoria ter sido compelida socialmente a movimentar e reelaborar suas fundamentações teórico-metodológicas diante dos eventos políticos e sociais em curso no país.

É certo que, durante o período compreendido entre os anos de 1953 e 1970, os conteúdos de formação profissional do Serviço Social mantiveram sua essência pautada no ideário humanista conservador e reforçaram uma formação voltada ao atendimento do indivíduo “problemático”, “desajustado”, como é possível identificar no Parecer n. 33 de 1964, que atualizava o Parecer n. 286 de 1962, e dispõe sobre as disciplinas e duração do curso de Serviço Social. Por mais que na grade curricular não se tenha explicitamente a presença da disciplina “moral”, como nos currículos anteriores, observa-se que os valores e princípios éticos-morais seguem enraizados na concepção da pobreza e miséria decorrentes da produção social e sua apropriação privada, como um problema do indivíduo a ser resolvido por meio de seu *ajustamento* às condições sociais postas.

A dimensão ideopolítica do projeto profissional pauta-se na naturalização do *status quo* da sociabilidade capitalista e na doutrina social, mas agora mais bem sistematizada e ancorada nas fundamentações teóricas das ciências sociais que contribuem no entendimento desse indivíduo a ser ajustado. O conteúdo do currículo mínimo de 1962 comprova esse argumento, como podemos observar no Quadro 3:

Quadro 3 – Currículos mínimos do Curso de Serviço Social (1962 e 1970).

1962 - Parecer n. 286 de 1962 e Resolução 512 de 1964	1970 - Parecer n. 242 aprovado em março de 1970 e Resolução s/n
Introdução ao Serviço Social	Ciclo Básico
Serviço Social de Casos	Sociologia
Serviço Social de Grupos	Psicologia
Desenvolvimento e Organização de Comunidade	Economia
Administração em Serviço Social	Direito e Legislação Social
	Teoria do Serviço Social
Psicologia	Ciclo Profissional
Sociologia	Serviço Social de Casos
Pesquisa Social	Política Social
Economia Social	Ética profissional
Direito	Serviço Social de Grupo
Ética	Serviço Social de Comunidade
Higiene e Medicina Legal	

Fonte: Organizado pela autora a partir dos pareceres e das resoluções.

Como afirma Cardoso (2016), nos currículos de 1960 e 1970 prevalecem o positivismo e a ideologia desenvolvimentista como fundamentação da formação, “na busca de uma cientificidade e de preparação técnica para o ‘fazer profissional’” (Cardoso, 2016, p. 440). Com uma divisão entre “ciclo básico” e “ciclo profissionalizante” impostada pela *reforma universitária* operada em 1968 pelo governo ditatorial⁷, a base da formação até meados de 1970 continuará sendo, predominantemente, o pensamento conservador atualizado pelas condições sociais da nova conjuntura, mas permeado ideologicamente pela Doutrina Social da Igreja. Como endossam as disciplinas que compõem a grade do curso, como: higiene, família – trabalho – médico.

Esse projeto de formação profissional vigora, não sem disputas e tensões, até meados dos anos de 1970, reatualizando e modernizando seus aportes teóricos, sem romper completamente com sua base originária. As atualizações mencionadas, corresponderam aos princípios formativos pragmáticos cuja preocupação central estava em preparar profissionais

⁷ Trata-se da Lei n. 5.540/1968 de 28 de novembro de 1968, que entrou em vigor no governo de Costa e Silva, estabelecendo as diretrizes para a estruturação e funcionamento do ensino superior e ensino médio no país.

aptos para o “modernizado” mercado de trabalho, respondendo às demandas sociais “a partir de uma competência operacional, com supervalorização das técnicas e instrumentos” (Cardoso, 2016, p. 443), tendo na fundamentação teórico-metodológica o suporte teórico da prática que permitisse “aplicá-la” à realidade social.

A busca pela redefinição do ensino do Serviço Social no Brasil teve início com processo de sua *renovação profissional* aberto pelos ditames da autocracia burguesa, operada entre os anos de 1964 e 1985 (Netto, 2015). Nesse contexto, surgiram as condições de *diferenciação* e *redefinição* inéditas da profissão expressas na diversidade de profissionais, de escolas, de postos de trabalho, bem como da população atendida, que imerge a profissão em polêmicas em torno de sua direção social até então não vivenciadas⁸.

A conjuntura nacional deflagrada pelo golpe civil militar instaurado em 1 de abril de 1964, no Brasil, foi demarcada pelo investimento do governo na industrialização pesada do país, impulsionando a imigração interna, a concentração de renda e o crescimento da pobreza e do pauperismo pelos rincões do país. O Serviço Social teve seu campo de atuação expandido, demandado tanto para disciplinamento dos trabalhadores nas empresas quanto para assistência às famílias e aos “menores” nas instituições socioassistenciais.

É nesse quadrante que se *consolidam* as bases para erosão do Serviço Social “tradicional” no Brasil, à medida que passa a ser demandado no novo contexto de *modernização conservadora* um perfil técnico também moderno e racional. Os traços tradicionais da profissão vão gradativamente, mas de forma expressiva, cedendo espaço a uma atuação burocrática-administrativa que só se tornou possível mediante “uma profunda rotação nos mecanismos vigentes de formação dos assistentes sociais” instaurada pela política educacional do ciclo autocrático que operou o *distanciamento* da profissão da Doutrina Social da Igreja, sobretudo ao ampliar, a partir de 1970, as agências estatais de formação profissional (Netto, 2015, p. 163). Ao realizar tais alterações, não teologicamente, a dinâmica do ciclo autocrático burguês irrompeu no interior da profissão mudanças nas relações tanto entre os profissionais quanto desses com o Estado e a sociedade, incidindo com igual intensidade na autorrepresentação profissional e em suas dimensões teórico-metodológicas e ideopolíticas.

Sustentando uma base de questionamento, revisão e reatualização das bases do Serviço Social “tradicional” em grande parte da América Latina, abre-se nesse cenário, entre os anos de 1965 e 1975, o processo de reformulação crítica do Serviço Social latino-americano. Apesar de

⁸ Como esclarece Netto (2015), não que antes desse período inexistissem tensões e disputas, existiam, mas eram solucionadas diplomaticamente, sem grandes ingerências sobre a profissão. A partir de 1960, as tensões, disputas e polêmicas causaram impactos inéditos à hegemonia tradicional e conservadora da profissão.

sua pujança e relevância histórica na luta pela direção social do projeto profissional, o movimento se desfez antes de concluir sua proposta. Tal como os projetos democráticos de caráter reformista-democrático e revolucionários em curso pelo continente, pela força e instauração da “perspectiva burguesa da ‘modernização’ deflagrada pelas ditaduras burguesas a partir da década de 1960” (Netto, 2015, p. 192), esse movimento foi imprescindível para a maior experiência da *renovação crítica da profissão* no Brasil.

A *renovação profissional* do Serviço Social brasileiro, ocorrida majoritariamente entre os anos de 1960 e 1980, não se resumiu ao período do ciclo autocrático burguês, mas foi em seu bojo que se constituíram novas bases e condições à prática, à reprodução e à autorrepresentação dos assistentes sociais no Brasil. A expansão e diferenciação ocorridas na profissão a partir desse período desaguou em polêmicas, tensões e disputas em torno do projeto profissional e sua direção social por perspectivas teórico-metodológicas, ideopolíticas e técnico-operativas heterogêneas.

As principais perspectivas e direções profissionais em disputa desde esse momento foram apresentadas por Netto (2015) como “teorização”, sendo elas: a *modernização conservadora*, a *reatualização do conservadorismo e perspectiva da intenção de ruptura*. A “*perspectiva modernizadora*”, de cariz tecnocrático, visava à modernização do “tradicionalismo” e tinha como referência teórico-metodológica o estrutural-funcionalismo, como se identifica nos encontros de Porto Alegre (1965)⁹, Araxá (1967) e Teresópolis (1970); a “*perspectiva de reatualização do conservadorismo*” pretendeu recuperar a herança conservadora da profissão, reatualizando seu passado, mas divergindo de sua base predominantemente positivista e refutando o legado crítico da experiência reconceituadora. Sua teorização aparece nos encontros de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984); por fim, tem-se a “*perspectiva da intenção de ruptura com o Serviço Social ‘tradicional’*”, situada entre a primeira metade de 1970 e a primeira metade de 1980, sendo a primeira direção social a realizar uma crítica sistemática e global ao tradicionalismo e conservadorismo profissionais, confrontando seus suportes teórico, metodológico e ideológico (Netto, 2015). Sua maior

⁹ Como afirma Netto (2015, p. 191, em nota), a bibliografia especializada do Serviço Social considera momento de *arranque* do Movimento de Reconceituação na América Latina o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em maio de 1965, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul, no qual compareceram 415 profissionais do Brasil, Argentina e Uruguai. Ao todo foram realizados seis encontros envolvendo Brasil, Uruguai, Bolívia, Chile e Argentina. O encontro voltou a ocorrer no Brasil em 1972 e teve papel fundamental no Movimento Latino-Americano de Reconceituação. Participou do I Seminário uma das figuras fundamentais para o surgimento da “*intenção de ruptura*” no Brasil a partir do projeto de reestruturação da formação profissional dos assistentes sociais da UCMG: Leila Lima Santos, liderança de um pequeno grupo de profissionais do qual fez parte Ana Maria Quiroga, Marilda Villela Yamamoto entre outros, responsáveis por inaugurarem o conhecido “Método-BH”, a única experiência reconceituadora da profissão no Brasil.

expressão pode ser identificada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979, conhecido como *Congresso da Virada*, por ter sido ponto de inflexão da profissão no sentido de sua renovação crítica e mudança na direção social do projeto profissional.

A perspectiva da *intenção de ruptura*, hegemônica no III CBAS, ganhou força política na profissão apenas no cenário de crise da ditadura e da reorganização das forças sociais pela redemocratização do país no segundo lustro de 1970. Dada sua complexidade e os limites do ensaio ora proposto, não aprofundaremos em sua análise, cabendo-nos, no entanto, registrar seu legado e importância na luta pela renovação crítica da profissão e construção, ainda em aberto, do atual Projeto Ético-Político da profissão.

O nascedouro dessa vertente se inscreveu no espaço universitário por intermédio do movimento intelectual e estudantil do Serviço Social, tendo sua primeira experiência no âmbito da formação e do exercício profissional construído pela vanguarda crítica da profissão no espaço universitário da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) entre os anos de 1969 e 1975¹⁰. Esse projeto de formação assumiu o legado do Movimento de Reconceituação, aproximando-se dos autores e profissionais que endossavam o Serviço Social latino-americano reconceituado por uma perspectiva crítica de contestação e transformação social. Por sua estrutura e ousadia, o projeto se tornou referência mundial e continental em oposição ao projeto tradicional e conservador de formação profissional, mas, dada a conjuntura e crise interna por que passa, se encerra ainda em 1975, devido a crises e tensões corridas no âmbito da UCMG, o que desencadeou a autodemissão de seus professores e gestores e o fechamento da escola no final daquele ano, sendo seus pressupostos retomados na nova conjuntura colocada pelo processo truncado de transição democrática realizado no país que angariou forças para ser retomado pela massa crítica da profissão.

Somente na conjuntura dinamizada pelo processo de democratização tornou-se possível a retomada do projeto de formação e exercício profissional crítico emergido na experiência de Belo Horizonte, pois sua viabilização encontrou alicerce nas reivindicações das massas, com as quais a vanguarda crítica da profissão retomou articulação. Essa retomada do projeto profissional crítico deflagrado em início de 1970 articulou as dimensões ideológicas e teórico-metodológicas, tendo como base primeira para sua consolidação o espaço acadêmico, que logo alcançou espaço nas entidades da categoria de reflexão teórica e organização política, o que foi

¹⁰O projeto de formação profissional da Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais (atual PUC/MG) se desenvolveu entre os anos de 1969 e 1975, mas as documentações existentes apreendem apenas os anos de 1972 a 1975. Foi liderado por profissionais como Leila Lima Santos, Ana Maria Quiroga, Marilda Villela Yamamoto entre outros profissionais. e se apresentou como a primeira *alternativa global* de contestação e oposição ao legado do conservadorismo e tradicionalismo na profissão.

de fundamental importância para a construção e defesa de um projeto de formação profissional crítico e hipotecado à realidade social que o alimenta.

Breves considerações

Vimos de modo bastante breve que o surgimento do Serviço Social como profissão socialmente necessária, inserida na divisão social e técnica do trabalho no Brasil, se vincula à consolidação das relações de produção capitalistas no país e às medidas destinadas a garantir a acumulação de capital, em sua dupla dimensão: generalização da concentração privada da riqueza socialmente produzida e da pobreza e miséria, que, ao supurarem para além das capacidades da filantropia e assistências privadas, que até então eram as únicas a respondê-las, necessariamente tiveram que ser consideradas, econômica, política e administrativamente, pelo Estado. Trata-se de um Estado nacional fortemente influenciado pela concepção europeia de problemas sociais, sobretudo pelo *positivismo*, razão pela qual, junto da Igreja Católica e da sociedade civil, se consagram teórica e institucionalmente as consequências das desigualdades econômicas, sociais e étnico-raciais inerentes à nascente sociedade burguesa, como “*questão social*”.

Dentre as principais ações desprendidas pelo Estado moderno em face das mudanças inerentes ao capitalismo brasileiro, identificamos o grande investimento realizado na formação e especialização de profissionais, dentre eles o profissional do Serviço Social, para a execução terminal das políticas sociais e medidas administrativas voltadas ao atendimento do pauperismo e os problemas sociais inerentes à nascente sociedade de classes. Para tanto, tratou ele de granjear o apoio da burguesia industrial e o suporte ideopolítico da Igreja Católica, principal responsável pela estruturação da proposta pedagógica para formação dos primeiros profissionais do Serviço Social no Brasil.

Por essa razão, vimos que, durante quase 50 anos, vigorou na profissão uma formação profissional direcionada pela perspectiva tradicional/conservadora. Sua definição ancorou-se na busca e criação de metodologias de atuação, aportes teórico-metodológicos e ideopolítico para seu desenvolvimento e sua modernização, tendo como matriz central desse processo o “*arranjo teórico doutrinário-operativo*” enraizado na tradição positivista e no humanismo cristão de cunho conservador, sendo que, somente a partir de meados de 1970, a renovação crítica do Serviço Social brasileiro alcançou predominantemente as formulações teóricas e as dimensões teórico-metodológica e ideopolítica da profissão (Netto, 2015).

Assim, apenas a partir de 1970 o projeto de ruptura com a estrutura global do tradicionalismo e conservadorismo profissional alcançam, mesmo que de modo ainda isolado,

a formação acadêmica-profissional. Sua emersão foi marcada pelo surgimento da experiência de Belo Horizonte, enquanto expressão da *emersão da perspectiva da intenção de ruptura* na profissão e momento de inflexão fundamental na disputa pela direção social do projeto profissional e sua aproximação a vertentes críticas das ciências sociais, ainda que com desvios e limites, como atesta a bibliografia especializada.

A partir dos estudos sobre o legado histórico e as disputas em torno do projeto de formação do Serviço Social no Brasil, observamos que o ensino da profissão esteve necessariamente imbricado às condições sociais historicamente determinadas. Fica claro o entendimento de que as mudanças na sociabilidade redefinem, em face das condições econômicas, sociais, políticas e culturais postas pelas condições sociais e pelas relações entre as classes sociais e dessas com o Estado, a profissão, seu corpo de profissionais e as demandas que lhe são apresentadas, o que traz à luz disputas em torno de seu arcabouço ideopolítico, teórico-metodológico e interventivo *vis-à-vis* à realidade social que vivencia a profissão no bojo da reconfiguração do capitalismo na cena contemporânea.

Recuperar os elementos aqui tratados permite apreender as bases históricas das disputas que precedem e dão significado ao esforço coletivo da categoria para revisões curriculares de 1982 e 1996, com suas respectivas atualizações, culminando numa proposta de ensino norteada e consolidada pela *perspectiva da intenção de ruptura*, mas prenhe de disputas no quadro de aprofundamento do conservadorismo no Brasil e no mundo diante da maior crise de acumulação do capital desde seu surgimento, cenário que demanda de todos os profissionais recuperar a trajetória histórica da profissão e as disputas ideopolíticas abertas em torno da direção social do projeto profissional nas dimensões do ensino e intervenção para, assim, seguir na construção de nosso Projeto Ético-Político.

Referências

- AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- ABEPSS/CEDEPSS. *CADERNOS ABESS* nº 6. São Paulo: Cortez, 1993.
- ABEPSS/CEDEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social* (Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.
- BAPTISTA, M. V. Relembrando História. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 9, n. 1, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n1_myrian.htm. Acesso em: 1 abr. 2025.
- BRASIL. *Resolução 512*. Fixa o Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social em complemento aos Pareceres n. 286/1962 e n. 33/1964 ao Parecer n. 286/1962, 1964.
- BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, 29 nov. 1968.

- CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura ao conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 430- 455, set./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.079>. Acesso em 4 abr. 25.
- CASTRO, Manuel M. *História do serviço social na América Latina*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 176 p.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GUEDES, Olegna. O neotomismo de Jacques Maritain: suas influências no Serviço Social brasileiro. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. *Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social*. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social, número 1. Fortaleza: Socialis, 2020.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Editora Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964*. São Paulo: Cortez, 2015.
- PEREIRA, L. D. *Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. Uberlândia: Navegando, 2022.
- SANTOS, Sandra Rodrigues dos. *Incidência do marxismo no serviço social brasileiro (1960-1979)*. 2024. 446 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2024.